

# O governo Lula já conseguiu superar o cerco antidemocrático?

*¿Ha logrado el gobierno de Lula superar el cerco antidemocrático?*

*Has Lula's government managed to overcome the anti-democratic siege?*

**Leonardo Seabra Puglia**

Faculdade Católica de Macaé-RJ, Macaé, Brasil

leopuglia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3311-6635>

ARTÍCULO CORTO

**Fecha de recepción:** 4 de septiembre de 2023 - **Fecha de aprobación:** 16 de diciembre del 2024

**DOI:** 10.15446/cp.v19n37.110698

**Cómo citar este artículo:**

APA: Puglia, L. (2024). O governo Lula já conseguiu superar o cerco antidemocrático? *Ciencia Política*, 19(37), XX-XX. doi:10.15446/cp.v19n37.110698

MLA: Puglia, L. "O governo Lula já conseguiu superar o cerco antidemocrático?" *Ciencia Política*, vol. 19, n.º 37, 2024, pp. XX-XX, doi:10.15446/cp.v19n37.110698.



Este artículo está publicado en acceso abierto bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada 2.5 Colombia.

### Resumo

Nenhum governo da Nova República havia iniciado em um cenário tão delicado quanto o de Lula. Após vencer a eleição com a menor diferença de votos da história, Lula enfrentou uma tentativa de golpe menos de uma semana após tomar posse. Contou, então, com a atuação decisiva do Supremo Tribunal Federal (STF) para punir os responsáveis e pacificar a relação com as Armadas. No entanto, o cerco antidemocrático que marcou o início da gestão Lula também incluía a pressão da burguesia, vocalizada pela grande mídia. Em oito meses, o governo conseguiu pacificar a relação com o mercado por meio de resultados econômicos positivos e da habilidade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que alcançou consenso na aprovação da reforma tributária. Mesmo diante dessas importantes vitórias, é possível afirmar que o cerco antidemocrático ao governo Lula foi superado? Quais perigos ainda persistem no caminho da integração sul-americana em um cenário político desafiador e da construção de hegemonia progressista em um país ainda dividido? Este artigo propõe reflexões iniciais sobre essas questões decisivas para o futuro da democracia no Brasil.

*Palavras-chave: Governo Lula, Democracia, Bolsonarismo, Integração sulamericana, Brasil.*

Nenhum governo da Nova República havia iniciado em um cenário tão delicado. Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), venceu as eleições presidenciais de 2022 por uma diferença de apenas 2.1 milhões de votos dos votos (TSE, 2022) (a menor da história), e a parcela mais radical dos eleitores do então presidente Jair Bolsonaro não aceitou o resultado das urnas. Eles acamparam em frente a quartéis de todo o Brasil, exigindo que as Armadas dessem um golpe que impedisse a posse de Lula e instaurasse uma ditadura militar comandada pelo candidato derrotado.

Financiados por frações fascistas da burguesia, fomentados pelas notícias falsas de uma poderosa máquina de comunicação digital e protegidos pela conivência criminosa do Exército, esses acampamentos se tornaram células terroristas, de onde foram gestadas a tentativa de explosão do aeroporto de Brasília na véspera do Natal e a invasão das sedes dos três poderes que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a cerimônia de posse mais tensa desde a passagem de guarda dos militares para os civis, que encerrou 21 anos de ditadura em 1985.

O plano envolvia promover um cenário de caos que justificasse a instalação de um regime de exceção, mas a cúpula militar se dividiu e, ao final, decidiu não embarcar na aventura golpista diante da falta de apoio dos Estados Unidos. Ocupava o comando da superpotência hegemônica Joe Biden, ainda ressentido pelo envolvimento direto de Bolsonaro em favor de Donald Trump nas tumultuadas eleições estadunidenses.

Assim, Lula enfrentou um desafio contraditório: reestabelecer a normalidade democrática e punir os golpistas, enquanto mitigava as tensões com as Armadas, habituadas à impunidade e contaminadas pelo bolsonarismo, como comprovado pela participação de um respeitado general de quatro estrelas em um patético esquema de roubo de joias da União.

Ao desgastar a imagem dos militares perante a opinião pública, a divulgação cotidiana na mídia dos bastidores dos inúmeros crimes cometidos pelo governo Bolsonaro contribuiu para que as Armadas abandonassem as ameaças contra a democracia, enquanto Lula se equilibrava habilmente entre punições e afagos os homens de farda.

O movimento de estabilização institucional só foi possível, contudo, em virtude da atuação enérgica do poder judiciário, que, liderado pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes, com o apoio do ministro da Justiça Flavio Dino, segue investigando e punindo aqueles que participaram da tentativa de golpe bolsonarista.

No entanto, os militares eram apenas um dos flancos do cerco anti-democrático que se ergueu contra a volta ao poder do lendário operário tornado presidente, que conseguiu sobreviver ao lawfare lavajatista. Liderada pelo rentismo da Faria Lima, a burguesia pressionou desde o primeiro momento através de seus porta-vozes da grande mídia corporativa, mas o governo conseguiu reverter o cenário, mesmo adotando postura de enfrentamento à criminosa política de juros promovida pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Para surpresa das organizações Globo, Lula contou com apoio popular em sua defesa da queda dos juros.

Crescimento econômico acima do esperado, controle inflacionário e aumento substancial dos investimentos internacionais contribuíram para aplacar as desconfiças em relação ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que conseguiu reverter de vez o quadro quando articulou com o presidente da Câmara, Arthur Lira, a aprovação de uma reforma tributária que uniu esquerda e direita. O episódio foi a primeira demonstração da capacidade de construção de consenso de um governo que fora eleito prometendo superar a divisão social da qual se alimenta o bolsonarismo.

Somados à retomada de programas sociais e investimentos estratégicos, esses fatores contribuíram para o aumento da popularidade de Lula, que chegou a 60 % de aprovação na Pesquisa Quæst divulgada em agosto (Porto, 2023). Isso mesmo com os ataques diários promovidos pela grande mídia contra a política externa do governo, que defende a neutralidade na guerra entre Rússia e Ucrânia, o questionamento da hegemonia do dólar por meio do fortalecimento dos BRICS e a reintegração da Venezuela à comunidade internacional como fator condicionante para a promoção da democracia no país e a retomada da integração sul-americana.

É possível afirmar, então, que o cerco antidemocrático contra o governo Lula foi superado e conseguiremos avançar na reconstrução de uma hegemonia progressista que coloque o país de volta no rumo do desenvolvimento socioeconômico?

Ainda é cedo para fazer essa afirmação, pois o cenário continua instável. Vivemos uma conjuntura internacional especialmente desafiadora, que, ao mesmo tempo que oferece oportunidades, traz desafios à medida que crescem as tensões geopolíticas. Os Estados Unidos têm demonstrado bastante insatisfação com a autonomia da diplomacia brasileira, interpretada como ingratidão diante do “favor” feito por Washington de não apoiar o golpe bolsonarista.

Ainda que a opção brasileira pela neutralidade se mostre acertada com o fracasso das ofensivas ucranianas e o desgaste crescente na relação entre o governo Zelensky e a OTAN, tem aumentado a possibilidade de interferência da Casa Branca para desestabilizar o Brasil, como aconteceu com o uso da operação Lava Jato como instrumento de derrubada do governo Dilma Rousseff e de destruição de multinacionais brasileiras, como a Petrobras e a Odebrecht, que incomodavam concorrentes estadunidenses.

A possibilidade de eleição do anarcocapitalista Javier Milei na Argentina e a instabilidade em países como o Equador também trazem dificuldades ao projeto de Lula de integração sul-americana. Isso sem falar nas possíveis pressões inflacionárias que o surgimento de novos conflitos militares na África e na Ásia pode trazer ao maior país da América Latina.

No plano interno, os segmentos evangélicos, que deram muitos votos a Bolsonaro (Partido Liberal), têm sinalizado uma reaproximação com Lula em troca de cargos no governo, mas o bolsonarismo segue contando com amplo apoio popular, apesar da revelação e apuração dos inúmeros crimes cometidos na Presidência, que já levaram, inclusive, à sua inelegibilidade.

Mesmo sem poder se candidatar, Bolsonaro segue sendo o líder hegemônico da direita brasileira, forçando os principais candidatos à sua sucessão a prestar vassalagem a um político que pode ser preso por corrupção a qualquer momento. É o caso do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Partido Novo).

Essa resiliência do bolsonarismo como força política, se, por um lado, assusta, por outro, também pode servir ao desafio de construção de hegemonia do governo Lula de duas formas: 1) bloqueando o surgimento de uma nova liderança de direita livre do legado de morte, fome e humilhação internacional do governo Bolsonaro; 2) ocupando o noticiário de modo a esvaziar os ataques da mídia neoliberal ao governo do PT, além de preservar o bolsonarismo como ameaça para o eleitorado de centro. Lembrando que muitos antipetistas votaram a contragosto em Lula, empurrados pela destruição causada pelo governo de extrema-direita.

O bolsonarismo, como fenômeno social, foi gestado progressivamente por um movimento comunicacional que, durante anos, promoveu dia após dia a demonização da esquerda no noticiário e nas mídias digitais.

Por isso, o seu enfraquecimento só pode ser promovido usando as mesmas armas em sentido contrário.

A superação do cerco que ainda se ergue diante do governo Lula, enquanto ampla aliança das forças democráticas, depende de um esforço diário de construção de consenso que comunique os avanços do governo na melhoria da vida do povo, ao mesmo tempo em que desconstrua o imaginário bolsonarista, expondo suas contradições em linguagem popular, especialmente no que diz respeito ao tema da corrupção, historicamente a pedra angular do fascismo brasileiro.



### Leonardo Seabra Puglia

Jornalista formado pela UERJ, pós-graduado em Gestão de Negócios pela ESPM-RJ, mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Trabalhou como jornalista no Globoesporte.com, canal GNT, Rádio MEC, Revista Ferroviária e ONG Escola de Gente, antes de atuar, durante 6 anos, como analista de Marketing da Rede Telecine.

### Referencias

- Tribunal Superior Eleitoral. [TSE]. (2022, 31 de outubro). 100% das seções totalizadas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 2º turno. *Tribunal Superior Eleitoral*. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>
- Porto, D. (2023, 16 de agosto). Pesquisa Quaest: 60% aprovam trabalho de Lula; 35% desaprovam. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-quaest-60-aprovam-trabalho-de-lula-35-desaprovam/>